



Actual Direcção da CTOC concorre pela Lista A às eleições de 7 de Dezembro

# Domingues Azevedo quer ser julgado por obra feita

“Se for eleito, este será provavelmente o meu último mandato”, revela António Domingues Azevedo, actual presidente da Direcção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), que encabeça a Lista A para as eleições do próximo dia 7 de Dezembro. Disposto a comandar os destinos da câmara nos próximos três anos, Domingues de Azevedo, que preside à instituição desde a sua criação, em 1997, acredita que estas eleições serão o reflexo do seu trabalho na última década. “Fiz o meu melhor. Se não for julgado pelo trabalho feito, será uma injustiça. Não há razões para não votar na minha lista porque o trabalho está à vista. E não há uma alternativa credível”, declara o actual presidente.

terpreta o presidente. Domingues de Azevedo refere-se ao facto de a maior parte dos membros inscritos não exercerem a profissão (43 mil), mas continuarem a pagar as suas quotas e a manter a sua ligação à CTOC.

O contributo que os TOC têm dado para a melhoria da relação entre a Administração Fiscal e o contribuinte e o desafio ultrapassado com êxito pela classe na desmaterialização das declarações fiscais constituem, para Domingues de Azevedo, razões mais que suficientes para fundamentar a aspiração de ver a CTOC transformar-se numa Ordem profissional. “É uma questão de reconhecimento de mérito e estes profissionais conquistaram esse mérito”, garante o presidente da CTOC, para quem “não há justificação para que uma profissão com este contributo social não tenha o direito de ter uma Ordem”.

Considerando que os TOC constituem a profissão que mais contribui para o combate à fraude e evasão fiscal, Domingues Azevedo continua a reivindicar outro tipo de tratamento por parte da Administração Fiscal. Gostava que a câmara fosse informada sobre o destino dado às denúncias que os seus profissionais apresentam e lamenta a falta de celeridade na maioria dos processos. “Até acredito que eles

tenham o devido seguimento, mas só de vez em quando é que o Ministério Público nos informa sobre o arquivamento ou dedução de acusação de algum processo, geralmente três ou quatro anos depois. Já que os profissionais têm este apego à gestão da causa pública penso que deveriam ser recompensados com o conhecimento do destino do processo”, defende o presidente da CTOC.

Domingues Azevedo quer ver também a Administração Fiscal a tratar as reclamações dos contribuintes em tempo útil. “Se o contribuinte reclama, é necessário dar credibilidade a este acto. O contribuinte está a tentar dizer à Administração Fiscal que alguma coisa não está bem. Devem ser criados mecanismos de penalização forte para as situações em que os contribuintes usem a reclamação como método de dilação do cumprimento da obrigação, mas deve dar-se mais atenção a este mecanismo, que é a única forma que o sujeito passivo tem para denunciar a injustiça de um acto. Se isto não acontecer, entramos numa ditadura fiscal”, alerta Domingues Azevedo.

Nesse trabalho que Domingues de Azevedo quer ver julgado no dia 7 está incluída a constituição de um fundo de pensões que em três anos conta já com 3 milhões de euros. Está também incluído um fundo de solidariedade que recebe 150 mil euros todos os anos, além de um seguro de saúde e um seguro de responsabilidade civil profissionais com capital de 50 mil euros, oferecidos a todos os membros da câmara. “Eu defendo que a câmara tem de ter uma política de retorno. É preciso que as pessoas, além de terem orgulho em estar ligadas à câmara, sintam que vale a pena manter essa inscrição”, alega Domingues de Azevedo.

A CTOC conta actualmente com mais de 75 mil membros, que pagam mensalmente quotas no valor de 12 euros. “Mas a virtude desta câmara não está nos que exercem a profissão, mas sim naqueles que não exercem e acreditam nesta instituição, no caminho e no rumo que foi traçado, pois, se não estivessem de acordo, abandonavam-na”, in-